



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

Edital de Licitação - Pregão Eletrônico N° 001/2026

Processo Administrativo n.º 47/DAC/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE - RO, pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Avenida Gonçalves Dias, nº 4236 - Bairro União - Ouro Preto do Oeste – RO, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.705.777/0001-75, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE, através do Sistema de Registro de Preços, no site www.licitanet.com.br, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 16.951/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

INFORMAÇÕES GERAIS DO PROCESSO		
OBJETO DA LICITAÇÃO	Contratação de empresa especializada em fornecimento sob demanda de material de consumo, tais como material elétrico, material de limpeza, material de expediente, material de informática e gêneros alimentícios, através de Sistema de Registro de Preços (conforme termo de referência).	
VALOR ESTIMADO	R\$ 100.265,72 (cem mil duzentos e sessenta e cinco reais e setenta e dois centavos).	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO POR LOTE	
MODO DE DISPUTA	ABERTO	
CONSULTAS / INFORMAÇÕES	E-mail: cpl@ouopretodooeste.ro.leg.br	
PORTAL DE LICITAÇÕES	https://www.licitanet.com.br/	
SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO	https://ouopretodooeste.ro.gov.br/	
LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP	RESERVA DE COTA ME/EPP	PRIORIDADE ME/EPP LOCAL / REGIONAL
NÃO	NÃO	SIM
FUNDAMENTADO NO § 3º DO ART. 48 DA LEI COMPLEMENTAR 147/2014, COMBINADO COM O DISPOSTO NO DECRETO MUNICIPAL Nº 10.811 DE 12 DE JULHO DE 2017, ALTERADO PELO DEC. 10.961, DE 02/10/2017, FICA ESTABELECID A PREFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS EM OURO PRETO DO OESTE OU REGIONALMENTE, ATÉ O LIMITE DE 10% (DEZ POR CENTO) ACIMA DO MELHOR PREÇO VÁLIDO. I – A PRIORIDADE SERÁ PARA ME/EPP SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE – RO; II – Não havendo ME e EPP sediadas no Município de Ouro Preto do Oeste, a prioridade poderá ser dada às empresas localizadas no ÂMBITO REGIONAL, ABRANGENDO OS MUNICÍPIOS DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, JARU, JI-PARANÁ, MIRANTE DA SERRA, NOVA UNIÃO, PRESIDENTE MÉDICI, TEIXEIRÓPOLIS, THEOBROMA, URUPÁ E VALE DO PARAÍSO		

DATA DE ABERTURA DO PREGÃO	08/05/2026
HORÁRIO DE ABERTURA (BRASÍLIA-DF)	09h00

Compõem este Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Declarações (Modelo Unificado).
ANEXO III	Modelo de carta proposta para fornecimento do objeto do Edital
ANEXO IV	Minuta da Ata de Registro de Preços

1. DO OBJETO E CREDENCIAMENTO NO PORTAL DE LICITAÇÕES

1.1. A descrição completa do objeto, quantidades, valor unitário de referência, total estimado, prazo de entrega e demais informações norteadoras da licitação estão incluídas no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

1.2. A licitação será em 7 (sete) lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao



licitante a participação em quantos lotes desejar.

1.3. Todas as Pesquisas/Cotações de Preços, orçamentos, valores prévios e demais cálculos são de inteira responsabilidade dos setores que os efetuaram, não cabendo qualquer ônus ou responsabilidade ao Pregoeiro e equipe, por eventuais inconsistências.

1.4. A elaboração do Termo de Referência contendo as especificações técnicas dos produtos, quantitativos, condições de entrega, recebimento, pagamento e demais cláusulas, assim como os valores obtidos nas pesquisas de preços, são de inteira responsabilidade dos respectivos setores, cabendo a estes, responder pela legalidade, impessoalidade e veracidade de seus atos, ou por qualquer irregularidade futura, decorrente da má elaboração do documento, cabendo à CPL, apenas o ato licitatório, nas condições previamente estabelecidas, aprovadas e autorizadas conforme o Termo de Referência.

1.5. O edital se encontra à disposição no site www.licitanet.com.br, no Portal da Transparência do Município (ouopretodooeste.ro.gov.br) e no PNCP. A sessão pública será realizada através do site www.licitanet.com.br sendo considerado para todos os efeitos o horário de Brasília – DF. Somente poderá participar da licitação o particular que apresentar proposta através do site indicado no Edital.

1.6. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

1.7. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

1.8. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão oferecidos pela plataforma.

1.9. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, até o encerramento, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

1.10. O horário de encerramento da sessão eletrônica ficará a critério do Pregoeiro, de acordo com as necessidades surgidas no andamento da sessão.

1.11. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão eletrônica na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sítio Eletrônico (www.licitanet.com.br), por meio de Certificado Digital.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para os itens cujo valor seja de até 80.000,00, a participação é exclusiva à microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

2.6.1. Haverá prioridade de contratação para as ME, EPP e/ou MEI, localizadas no Município de Ouro Preto do Oeste/RO ou nos municípios localizados no âmbito **regional (GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, JARU, JI-PARANÁ, MIRANTE DA SERRA, NOVA UNIÃO, PRESIDENTE MÉDICI, TEIXEIRÓPOLIS, THEOBROMA, URUPÁ E VALE DO PARAÍSO)**, até o limite de 10% (dez por cento) acima do melhor preço válido, nos termos dos § 3º do art. 48 da lei complementar 147/2014, combinado com o disposto no decreto municipal nº 10.811 de 12 de julho de 2017, alterado pelo dec. 10.961, de 02/10/2017, afim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



ESTADO DE RONDÔNIA

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os produtos de forma independente;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2. e 2.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2. e 2.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta



com o preço ou o percentual de desconto.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aqueles itens;

3.6.2. Nos ITENS em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Menor valor por lote;

4.1.2. Marca/Modelo (quando for possível identificar por marca e modelo);

4.1.2.1. Tratando-se de serviços, poderá o licitante inserir a palavra SERVIÇOS no campo marca/modelo, não sendo motivo para desclassificação a falta dela;

4.1.3. Fabricante;

Obs.: Para melhor análise da PROPOSTA FINAL, em alguns casos, poderá ser solicitado que o licitante vencedor encaminhe a proposta acompanhada de folders/prospecto/catálogo/vídeo etc., ou outros meios que contenham as especificações dos objetos ofertados (quando for o caso).

4.1.4. Descrição detalhada dos itens ofertados, ficando expressamente vedado a indicação de duas ou mais marcas para cada item, exceto se assim determinar o edital;

4.1.5. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



ESTADO DE RONDÔNIA

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

- 4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.9.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.10.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.11.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.2.1.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.
- 5.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema



eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor **total do lote**.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será de R\$ 10,00 (dez reais);

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, sendo o modo de disputa “aberto”.

5.12. Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14.1. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo duas casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. **Caso seja encerrada a fase de lances e o licitante divergir com o exigido ou não se manifestar, o pregoeiro poderá convocá-lo no CHAT DE MENSAGENS para atualização do referido lance ou realizar a readequação dos valores arredondando-o PARA MENOS automaticamente no sistema, caso o licitante permaneça inerte;**

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o (a) pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. empresas brasileiras;



5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.20.2.5. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico, dentre as propostas empatadas.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4. O (a) pregoeiro (a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. É facultado ao (a) pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).



6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. Contiver vícios insanáveis;

6.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA QUALIFICAÇÃO/HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. Relativos à regularidade fiscal e trabalhista

- a)** Certidão de Regularidade perante a Fazenda Federal emitida pela Secretaria da Receita Federal, da Procuradoria da Fazenda Nacional e do INSS (relativa às Contribuições Sociais - Portaria MF 358, de 05/09/14), podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;
- b)** Certidão de Regularidade quanto aos débitos com a Fazenda Estadual;
- c)** Certidão de Regularidade quanto aos débitos com a Fazenda Municipal;
- d)** Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e)** Certidão Negativa de Débito Trabalhistas – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, Lei n.º 12.440, de 07 de julho de 2011, art. 642-A;

7.1.1.2. As certidões que não indicarem expressamente em seu conteúdo, o prazo de validade, só serão aceitas pelo Pregoeiro se emitidas nos últimos 120 (cento e vinte) dias corridos, e, ainda, a validade das certidões emitidas pela Internet poderá ficar condicionada à confirmação no endereço eletrônico específico.

7.1.2. Relativos à habilitação jurídica e qualificação técnica:

7.1.3. Habilitação Jurídica

- a)** Contrato Social ou outro instrumento equivalente, em vigor, para comprovar o ramo de atividade da referida empresa, o qual deverá ser compatível com o objeto do Pregão.
- b)** Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ (cartão do CNPJ);
- c)** Documento pessoal do proprietário, sócio administrador ou procurador da empresa (nesse caso acompanhado da procuração vigente), com a respectiva assinatura na proposta e declarações.

7.1.4. Qualificação Técnica

- a)** Comprovação, através de certidão ou atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre que o licitante tenha fornecido produtos similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não.

7.1.5. Relativos à qualificação econômico-financeira e documentos complementares

- a)** Certidão Negativa de **Falência** e/ou **Concordata** ou de **Recuperação Judicial**, expedida pelo distribuidor do foro ou cartório da sede da licitante.

a.1) Admite-se a participação, em licitações, de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório". (TCU, Acórdão 1201/2020 Plenário, Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).

- b)** Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício e demais demonstrações contábeis, referente aos dois últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado nos órgãos competentes.
- c)** Os balanços deverão ser autenticados ou registrados na Junta Comercial. É vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data fixada de apresentação da Proposta de Preço, conforme definida no preâmbulo deste edital.
- d)** Todas as peças contábeis deverão ser assinadas pelo contador responsável ou técnico em contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- e)** Empresas constituídas há menos de 1 (um) ano deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura;
- f)** A análise da situação financeira do licitante será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) iguais ou superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu Balanço Patrimonial:

LG (Liquidez Geral) =

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

SG (Solvência Geral) =

ATIVO

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

LC (Liquidez Corrente) =

ATIVO CIRCULANTE

PASSIVO CIRCULANTE

Comprovação do capital mínimo ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

7.1.6. Em nenhuma hipótese, serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos;

a) Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- I.** Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
- II.** Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome dela, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;
- III.** Se o Licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial;

7.1.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizações pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez) por cento para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela administração.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação do licitante (anexada no Habilitanet) poderá ser comprovada mediante consulta online a quaisquer dos sistemas eletrônicos disponíveis, tais como o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF.

7.10. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º)

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).



7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **duas horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.13. A unificação ou a exigência dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º), para:

7.14.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.20. *Os arquivos referentes à documentação de habilitação, quando solicitados, devem ser anexados na Plataforma de Licitações, no formato PDF (modo retrato) e deverão ser inseridos seguindo a ordem sequencial abaixo:*

1	PROVA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA-CNPJ
----------	--



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

2	ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL EM VIGOR , devidamente registrado. Em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja verificação da autenticidade será feita no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br .
3	DOCUMENTO PESSOAL DO PROPRIETÁRIO, SÓCIO-ADMINISTRADOR OU PROCURADOR DA EMPRESA (nesse caso acompanhado da Procuração vigente), com a respectiva assinatura na proposta e declarações.
4	CERTIDÃO DE REGULARIDADE quanto aos débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União.
5	CERTIDÃO DE REGULARIDADE quanto aos débitos relativos aos tributos estaduais .
6	CERTIDÃO DE REGULARIDADE quanto aos débitos relativos aos tributos municipais , do domicílio ou sede do licitante.
7	CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS – CRF .
8	CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA expedida pelo distribuidor do foro ou cartório da sede do licitante.
9	CERTIDÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA - CNDT .
10	BALANÇO PATRIMONIAL DOS 02 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS (conf. Item 7.1.5, letra b, deste edital)
DECLARAÇÕES UNIFICADAS E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES	
CONFORME MODELO – ANEXO II DO EDITAL OU EMITIDA PELO SISTEMA	

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

8.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contado da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.5. Fraudar a licitação;

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa;

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:



- 9.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.3.2.** As peculiaridades do caso concreto;
- 9.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 9.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4.** A multa será recolhida em percentual de até 10% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial, para as infrações previstas nos itens 9.1.1 a 9.1.8.
- 9.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7.** O impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas relacionadas nos subitens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 9.8.** A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 9.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no § 5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.
- 9.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que



sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido em até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados na forma eletrônica, pelo portal de licitações <https://www.licitanet.com.br/>, em campo específico e pelos seguintes e-mails: dcl@ouropretodoeste.ro.gov.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

11.3. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do § 1º do art. 43 da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

11.4. Todos os licitantes remanescentes serão convocados para acompanhar a sessão reaberta. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado e homologado ao licitante declarado vencedor, pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados (caso haja recurso);

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório. Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará e adjudicará o objeto da licitação ao vencedor.

13. DO CONTRATO REPRESENTADO PELA NOTA DE EMPENHO



ESTADO DE RONDÔNIA

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

13.1. O setor responsável pelo processo administrativo, logo após a emissão da nota de empenho, enviará ao adjudicatário uma via desse documento.

14. DO LOCAL, PRAZO E MODO DE ENTREGA DOS PRODUTOS / PREST. SERVIÇOS e GARANTIA

14.1. Conforme indicado no Termo de Referência.

15. DA FISCALIZAÇÃO

15.1. O recebimento provisório do objeto do contrato será feito pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e, definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, previstos nas alíneas “a” e “b” do inciso I do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A Comissão de Recebimento ou o Fiscal do Contrato procederá à avaliação das especificações dos produtos podendo rejeitar, no todo ou em parte, o que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência.

15.1.3. A fiscalização de que trata este item não eximirá o contratado da responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme disposto no art. 120 da Lei 14.133/2021.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta da programação orçamentária indicada no Termo de Referência.

17. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

17.1. A liquidação será conforme especificada no Termo de Referência.

17.2. O pagamento será efetuado após a comprovação de cumprimento das exigências especificadas no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

18.1. DA CONTRATADA:

18.1.1. Cumprir fielmente o que estabelece o edital e seus anexos;

18.1.2. Assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais, sociais e comerciais resultantes da adjudicação da presente licitação;

18.1.3. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações e demandas decorrentes de danos, sejam por culpa da empresa ou de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se consequentemente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento da presente licitação.

18.1.4. Orientar tecnicamente os responsáveis pela operação dos itens, fornecendo os esclarecimentos necessários ao seu perfeito funcionamento;



18.1.5. Atender prontamente às solicitações da Contratante acerca dos produtos fornecidos e prestar os esclarecimentos que forem necessários;

18.1.6. Garantir a titularidade de todo e qualquer direito de propriedade industrial envolvido no objeto, assumindo a responsabilidade por eventuais ações e/ou reclamações, de modo a assegurar à Contratante a plena utilização dos itens adquiridos ou a respectiva indenização;

18.1.7. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a Contratante, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de seus prepostos ou de quem em seu nome agir;

18.1.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

18.1.9. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento, inclusive fretes e tributos e quaisquer outras que forem devidas;

18.1.10. Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos itens, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário;

18.1.11. Providenciar a identificação individual de seus empregados que transitem nas dependências da Contratante, quando em atividade na entrega do objeto contratado, através de uniforme e/ou crachá;

18.1.12. Comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

18.1.13. Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame;

18.1.14. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento dos produtos, ou mesmo em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da Contratante;

18.1.15. Indicar e-mail e número de WhatsApp (com confirmação de leitura ativada) oficiais, a fim de facilitar a comunicação com a Contratante.

18.1.16. É de responsabilidade da Contratada substituir, sem quaisquer ônus para a Contratante, os produtos rejeitados, não aceitos, por má qualidade ou por inobservância das especificações e etapas, após parecer técnico competente.

18.1.17. Toda despesa de reposição de materiais não aceitos ficará a cargo exclusivo da Contratada, não sendo reembolsável pela Contratante.

18.1.18. A Contratada deverá manter atualizado junto ao Gestor e às unidades contempladas, o endereço, nº do telefone fixo e celular, correio eletrônico, e nome do preposto com poder de decisão, durante a vigência do contrato.

18.1.19. Não ceder ou transferir o objeto deste Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sob pena de imediata rescisão contratual.

18.2. DA CONTRATANTE:



18.2.1. Realizar o pagamento nos prazos e na forma estipulada no TR;

18.2.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto;

18.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços;

18.2.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela Contratada;

18.2.5. Aplicar à Contratada as penalidades previstas neste Edital e na legislação pertinente, quando for o caso.

19. DO CONTRATO, CLÁUSULAS, INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

19.1. Conforme Minuta da Ata de Registro de Preços.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. É facultado ao pregoeiro, proceder, em qualquer fase da licitação, às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante.

20.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.2.1. Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

20.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

20.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o



processo, prevalecerá as deste Edital.

20.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, no portal de licitações Licitanet: <https://www.licitanet.com.br> e no Portal da Transparência do Município: <https://ouopretodoeste.ro.gov.br/>.

21. DO FORO

21.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste-RO para dirimir quaisquer dúvidas referente a Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Ouro Preto do Oeste – RO, 24 de abril de 2026.



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada em fornecimento sob demanda de materiais de consumo, tais como material elétrico, material de limpeza, material de expediente, materiais de informática e gêneros alimentícios, através de Sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento menor preço por lote.

2. JUSTIFICATIVA

As aquisições destes materiais são extremamente necessárias para o bom funcionamento e desenvolvimento das atividades realizadas e trará mais eficiência aos serviços públicos prestados. Portanto, os motivos da aquisição, objeto do certame licitatório, com as especificações apresentadas e devidamente justificadas. Considerando a demanda de utilização desse material e ao mesmo tempo a necessidade de controle e racionalização do gasto público, o Registro de Preços apresenta-se como ferramenta comprovadamente eficiente na busca por melhores preços.

As quantidades previstas são estimativas máximas, para um período da assinatura da ata, e esta Administração se reserva o direito de adquirir em cada item, quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial. Além disso, com a utilização do SRP será racionalizado o espaço para armazenagem dos produtos. As estimativas das demandas para aquisições dos materiais foram elaboradas através de um estudo realizado nos setores administrativos.

O licitante deverá apresentar proposta para o lote considerando o Preço Global do mesmo. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da autorização de fornecimento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021. O custo estimado total será aferido concomitante à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, a verificação quanto à compatibilidade de preços será formal e deverá considerar, no mínimo, o número de concorrentes no procedimento de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, conforme a descrição dos itens constantes no quadro de especificações mínimas.

O objeto deste Termo de Referência consta no Plano Anual de Contratação – PAC.

3. DESCRIÇÃO DO MATERIAL

LOTE 01: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS					
Item	Especificação	Unidade	Quant	Valor Unitário	Valor Total
01	Açúcar cristal de origem vegetal , constituído fundamentalmente por sacarose de cana-de açúcar, Aspecto: sólido com cristais bem definidos. Cor branca (para o açúcar cristal branco) e marrom claro (para o açúcar cristal VHP); Odor: próprio do produto; Sabor: próprio do produto; Composição	Pct	140	9,09	1.272,60



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

	básica centesimal do açúcar cristal branco empacotado Sacarose concentração mínima de 99,6 %. Sais minerais concentração máxima de 0,10 %. Umidade máxima de 0,07 %. Outros componentes 0,23%; divididos em pacote de 2kg, fardos de 20 ou 30 kg.				
02	Chá erva doce , em grãos, embalagem com 250 gramas, validade mínima de 10 meses a parti do recebimento. Modelo: Erva Doce	Pct	50	12,28	614,00
03	Chá mate , erva mate, queimado ou tostado, composto de folhas e talos de erva mate; isento de sujidades, fragmentos de insetos e outros materiais estranhos, embalagem primária: plástico atóxico hermeticamente fechado em caixa de papelão com aproximadamente 250 gramas. Rotulado conforme legislação vigente com validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	Pct	150	11,65	1.747,50
TOTAL					3.634,10

LOTE 02: MATERIAL DE LIMPEZA

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor total
01	Água Sanitária (Embalagem de 1 lt. em material resistente e tampa de perfeita vedação; composição hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, e água; componente ativo na OCI e teor de cloro ativo 2% a 2,5%.)	Und	200	7,97	1.594,00
02	Sabonete líquido , galão de 5 (cinco) litros, essências variadas, embalagem contendo dados de identificação, procedência, lote e validade e ter registro no ministério da saúde.	Und	05	45,41	227,05
03	Tabletes de Pedra Bloco sanitário para caixa acoplada kit c/9 unidades 45g	Und	45	4,46	200,70
04	Álcool etílico líquido hidratado a 70%, embalado em garrafa plástica de 01 litro com tampa e selo de segurança, com registro no Ministério da Saúde.	Und	80	13,42	1.073,60
05	Limpa vidro c/ álcool , embalagem resistente e de perfeita vedação contendo 500ml, composição: tensoativo aniônico, tensoativo não iônico, álcool, éter glicólico, hidróxido de amônio, corante, perfume e água;	Und	40	12,04	481,60



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

	indicado p/ limpeza de vidros, vitrines, espelhos, etc.				
06	Odorizador de ambientes (bom ar) , acondicionado em frasco de 360 a 400 ml, aerossol ambiental, ação neutralizante. Fragrâncias diversas. prazo de validade de aproximadamente 12 (doze) meses da data do recebimento, ideal para neutralizar os maus odores de banheiro.	Und	100	19,92	1.992,00
07	Limpador Multiuso , Ação instantânea Formatos: 500ml ideal para diversa superfícies e eficiente em diferentes tipos de sujeira.	Und	200	10,66	2.132,00
08	Soda Cáustica , pote contendo 1 kg, em escamas 96/98% - Na OH possui a mais alta concentração e pureza.	Pot	10	28,54	285,40
09	Limpador Perfumado , é um produto com alta performance que limpa, desinfeta e garante um perfume de efeito prolongado, embalagem resistente e de perfeita vedação contendo 1000ml.	Und	100	15,20	1.520,00
10	Limpador Limpeza pesada , com cloro embalagem de 500 ml, realiza limpezas profundas e remove as sujeiras mais difíceis possíveis em diversas áreas, tais como pisos, azulejos e ralos.	Und	150	9,52	1.428,00
11	Desinfetante liquido , com 500ml, ideal para desinfetar, limpar e perfumar qualquer ambiente.	Und	200	7,52	1.504,00
12	Inseticida Spray : ingredientes ativos, solventes, antioxidante, emulsificante, transflutrina 0,02%, cipermetrina 0,05%, solvente, antioxidante, proporciona, proteção duradora, age por até 24 (horas) com o menor teor de toxidez com relação aos organoclorados. (350 ml).	Und	40	20.04	801,60
13	Cloro granulado HTH , 65% em sua formulação; inibição de odores desagradáveis, eficaz na eliminação de bactérias, é indicado para uso em piscinas internas ou externas, poderoso agente desinfetante para água, mantendo a água cristalizada por mais tempo. (Galão 10 lts).	Und	05	337,98	1.689,90
14	Limpa alumínio para acabamento, proteção e brilho em superfícies de aço inoxidável. Embalagem: frasco com 500ml, contendo o nome do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Apresentar Registro do	Und	80	4,90	392,00



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

	Produto junto ao Ministério da Saúde/ANVISA.				
15	Sabão em pó pacote de 500 g, para uso de limpeza	Pct	200	6,61	1.322,00
16	Pano de chão: pano de limpeza atalhado, material 100% algodão. Comprimento X Largura 50X1,00Cm.	Und	20	31,49	629,80
17	Saco de Lixo Reforçado, para uso doméstico; de polietileno, com capacidade de 30 litros; 59cm X 62cm cor preta, (Pacote com 10 und.)	Pct	300	7,06	2.118,00
18	Saco De Lixo Reforçado, Capacidade 100 Lts; 80cmX1,00m Cor Preta, (pacote com 05 unidades)	Pct	300	9,00	2.700,00
19	Vassoura completa , com cerda de nylon em pé, base na largura mínima de 30 cm, com o cabo de madeira revestido em plástico e encaixe rosqueado, altura mínima de 160 cm. Contendo o nome do fabricante e a data de fabricação.	Und	10	25,98	259,80
20	Papel higiênico branco , neutro, Folha dupla fabricado c/ material não reciclado, textura macia e delicada (fd. c/ 16 pct c/ 04 und cada. De 60m X 10cm)	Fd	30	139,20	4.176
21	Rodo para piso – 60 cm com a base em material sintético (plástico em material resistente), serrilhado na parte superior da base para melhor fixação do pano de chão e com dimensão aproximada de 60cm, possuindo lâminas em EVA duplo com espessura entre 5mm e 8mm cada uma, tipo inquebrável, com o cabo de madeira com revestimento em plástico e encaixe rosqueado e altura mínima de 160 cm.	Und	10	28,50	285,00
22	Pá de lixo de plástico com cabo plastificado. Altura: 60cm; largura: 22cm; profundidade:18cm.	Und	05	20,64	103,20
23	Espanador de Pena espanador de pó 35cm com pena de avestruz, esse espanador é o ideal para qualquer tipo de serviço tanto doméstico quando profissional possui um tamanho ótimo te dando um perfeito alcance de qualquer objeto ou local fazendo o mínimo de esforço necessário, com suas penas de avestruz faz uma limpeza ótima pois consegue retirar o pó de todos os detalhes e locais.	Und	04	53,94	215,76
24	Mop kit com centrífuga , cabo 160 cm Balde em plástico com alça, cesto e moldura Cabo telescópico com base,	Und	05	177,82	889,10



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

	cabo inferior e superior, Refil de microfibra, Capacidade: em uso – 4 litros. Total – 8 litros.				
25	Refil para Mop , giratório 13,3 cm, lavável, 100% microfibra cor Branco, para o uso em esfregão 14 Cm, altura de 97 cm capacidade balde de 8lts.	Und	10	R46,64	466,40
26	Lixeira pedal 20 lts Capacidade 20 Lts Material aço inoxidável Dimensões 33x32.5 x 48.5 centímetros Recipiente externo feito em inox Balde plástico removível.	Und	10	177,74	1.777,40
27	Luva Reforçada confeccionada em látex natural, revestimento interno em flocos de algodão, relevo antiderrapante na palma e face palmar dos dedos. Tamanho P.	Und	30	14,61	438,30
28	Luva Reforçada confeccionada em látex natural, revestimento interno em flocos de algodão, relevo antiderrapante na palma e face palmar dos dedos. Tamanho G.	Und	15	19,97	299,55
29	Vassoura Com Cabo Indicadas para todos os tipos de pisos, da cerâmica à madeira. As cerdas, por serem plumadas, permitem a melhor condução da sujeira ao varrer, sem danificar o piso, cabo com 160 cm.	Und	10	27,17	271,70
30	Esponja Dupla Face , Indicada para limpeza geral de superfícies laváveis. Pode ser usada em azulejos, pisos em geral, peças sanitárias. Em cozinha pode ser utilizada em limpezas de superfícies e utensílios em geral.	Und	60	3,30	198,00
31	Pulverizador Manual 500 ml 14 x 8 x 27 cm. ideal para higienização dos objetos permite o controle da dosagem na aplicação de produtos.	Und	20	18,88	377,60
32	Esponja De Aço pacote contém 08 unidades 60g, que dá brilho e remove sujeiras mais difíceis.	Pct	30	4,42	132,60
33	Tapete Capacho Vinil : 200x120 liso antiderrapante na cor verde (não personalizado): material 100% PVC espessura 12mm antichamas (não propaga fogo), Antiderrapante (base emborrachada), lavável e resistente.	Und	04	244,18	976,72
34	Papel toalha interfolhado branco, duas dobras, 100% celulose virgem, não reciclado, de 1ª qualidade, medida mínima 22 x 21 cm, devidamente identificados com a descrição resumida do material, com registro FSC – forma ecologicamente adequada no manejo florestal. Pacote	Und	300	27,54	8.262,00



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

	com 1000 folhas 22x21cm, sem cheiro, com alto poder de absorção e resistência, não desmancha na mão.				
35	Balde 20 litros balde plástico , com alça em polietileno, alta densidade resistência a impacto, com abertura.	Und	03	22,98	68,94
36	Escova de vaso , escova sanitária c/ suporte.	Und	20	15,05	301,00
37	Flanela 60X40cm , cor laranja, cantos arredondados, com acabamento nas bordas.	Und	50	5,48	274,00
38	Detergente líquido embalagem 500ml, usado na limpeza de louças e remoção de gorduras.	Und	100	4,77	477,00
39	Porta sabonete , para sabonete líquido. Material Poliestireno, dimensão do produto 7X716cm 108gr.	Und	10	34,63	346,30
40	Tapete Capacho Vinil : 90x50cm liso antiderrapante na cor marrom (não personalizado): material 100% PVC espessura 12mm antichamas (não propaga fogo), Antiderrapante (base emborrachada), lavável e resistente.	Und	05	106,46	532,30
41	Isqueiro corpo revestido em plástico, dimensões 7,5 cm, peso aproximadamente de 10 gramas, com acendedor, gás embutido, descartável.	Und	10	12,12	121,20
TOTAL					43.341,52
LOTE 03: MATERIAL DE COPA E COZINHA					
Item	Especificação	Unidade	Quant	Valor Unitário	Valor total
01	Jarra De Vidro : jarra de vidro capacidade de 2 litros com tampa.	Und	02	56,63	113,26
02	Pote Para Alimentos De Vidro Resistente , Com Tamanho Aproximado De 29x19x9,5 Cm, Capacidade Para 3 Litros.	Und	03	53,84	161,52
03	Bandeja Inox - bandeja metálica, material aço inoxidável, formato retangular, comprimento aproximado 491 milímetros, largura aproximada 331 milímetros, espessura de 0,8 milímetros.	Und	05	101,60	508,00
04	Xicara De Louça ; na cor Branca 70 ML, Xicara para café com pires, em porcelana.	Und	24	18,80	451,20
05	Copo De Vidro , capacidade 360 ML, diâmetro boca 70 mm, altura 140 mm, Cor Incolor, Características Adicionais Liso, Fundo Reforçado.	Und	24	59,58	1.429,92



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

06	Pano de Prato ; na cor branca 45 x 75cm 100% algodão.	Und	30	13,48	404,40
07	Coador de pano algodão Flanela 100% algodão envolto em arame de aço galvanizado. Cabo em madeira de pinus (reflorestada). Cabo com 10cm, de 15 a 20 cm de circunferência, Utilidade: Preparação de café.	Und	10	13,96	139,60
08	Copo plástico descartável , atóxico, de poliestireno, capacidade 180ml, peso mínimo de 0,75g, acondicionado em embalagem com 100 unidades, material transparente, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865/2002 (em caixa de papelão com 25 sacos plásticos com pcts c/100 unidades cada). Na cor branca.	Cx	30	144,35	4.330,50
09	Copo plástico descartável , atóxico, de poliestireno, capacidade 50 ml, acondicionado em embalagem com 100 unidades, material transparente, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865/2002 (em caixa de papelão com 50 sacos plásticos com pcts c/100 unidades cada). Na cor branca.	Cx	10	150,33	1.503,30
10	Garrafa térmica , Composição: Material em Inox (interno e externo) e peças plásticas em polipropileno virgem que garantem melhor qualidade do material. Capacidade 2 litros, Alça para transporte.	Und	12	209,76	2.517,12
11	Guardanapo Pequeno Branco 18 cm x 19cm, 5cm, Caixa com 5000 unidades, Embalagem: Caixa com 5.000 unidades, sendo 50 pacotes com 100 unidades.	Cx	03	180,60	541,80
12	Garrafa térmica , Composição: Material em Inox (interno e externo) e peças plásticas em polipropileno virgem que garantem melhor qualidade do material. Capacidade 1 litro, Alça para transporte.	Und	10	157,92	1.579,20
TOTAL					13.679,82
LOTE 04: MATERIAL DE EXPEDIENTE					
Item	Especificação	Unidade	Quant	Valor Unitário	Valor total
01	Envelope A4 (240x340mm), pardo natural com 100 unidades.	Cx	05	105,77	528,85
02	Envelope ofício ; Dimensões 11,4X22,9Cm Cor: (Branco) caixa com 100 unidades, o envelope ofício é ideal	Cx	03	78,87	236,61



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

	para correspondências envio de mensagem escrita e documentos.				
03	Clips em aço niquelado nº 0/0 caixas 100 unidades	Cx	15	5,12	76,80
04	Clips em aço niquelado nº 4/0 caixas 50 unidades	Cx	05	8,87	44,35
05	Clips em aço niquelado nº 2/0 caixas 100 unidades.	Cx	20	9,44	188,80
06	Clips em aço niquelado nº 8/0 caixas 100 unidades.	Cx	08	10,34	82,72
07	Papel sulfite extra branco formato a-4 tamanho 210x297 mm 75 g/m², resma c/ 500 folhas. Caixa com 10 resmas.	Cx	20	365,59	7.311,80
08	Grampeador , Descrição: capacidade 20 folhas, corpo metálico, grampo 26/6, comprimento 11.8 cm, largura: 3.5 cm, altura 5.4cm.	Und	20	36,37	727,40
09	Grampo 26/6 em metal, galvanizado que não deforme ao grampear.	Cx	20	13,17	263,40
10	Caneta Esferográfica , 0.8mm, Ponta Fina na cor Azul CX C/ 50 un.	Cx	10	59,24	592,40
11	Caneta Esferográfica , 0.8mm, Ponta Fina na cor preta CX C/ 50 un.	Cx	10	64,46	644,60
12	Marca Texto ; caneta com tinta à base de água, cores sortidas, tecnologia antiseccagem, permite ficar até 4 horas destampada sem secar a ponta, 2 espessuras de traço: 2 e 5 mm, cx. Com 12 unidades.	Cx	6	8,60	51,60
13	Cola líquida , Cor Branca, Aplicação Papel, 90G.	Und	10	5,89	58,90
14	Cola Bastão Cor Branca, Aplicação Papel, Características Adicionais Instantânea, Tipo Bastão, cx. Com 12 unidades.	Cx	01	79,96	79,96
15	Corretivo : Corretor líquido à Base Água, embalagem contendo 18 ml, caixa com 12 unidades.	Cx	1	64,00	64,00
16	Caixa Arquivo Morto ; Modelo Arquivo Morto Plástico Alaplast, tamanho: Ofício, Comprimento x Largura x Altura: 350mm x 250mm x 130mm, Composição: polionda na cores sortidas, caixa com 50 unidades, ideal para arquivamento de documentos e pastas.	Cx	03	21,06	63,18
17	Tesoura , escolar pequena, sem ponta, 13,5cm, caixa com 20 unidades	Cx	01	92,32	92,32
18	Post-it , Nota autoadesiva, pacote de 400, Multicor, 400 folhas 76mmx76mm.	Pct	20	21,03	420,60
19	Post-it , 04 Blocos 38mmx51mm, Notas autoadesiva, Coleção Diversão Colorida, 400 folhas 76mmx76mm.	Pct	20	13,01	260,20



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

20	Porta Caneta / Clips/ Lembretes, cor preto.	Und	20	28,86	577,20
21	Caixa Correspondência Tripla Articulável Cristal	Und	10	52,04	520,40
22	Calculadora eletrônica de 12 dígitos	Und	10	39,54	395,40
23	Prancheta Acrílica A4; prancheta de armazenamento de documentos, Medidas: 33 cm X 23 cm (altura x largura) Ideal para folhas tamanho A4 (21cm x 29,7cm) Espessura: 2mm, Cor: transparente.	Und	10	29,21	292,10
24	Fita Adesiva; Transparente, Medidas 45 Mm A 50 Mm X45 M A 50 M Em Polipropileno.	Und	50	8,05	402,50
25	Fita Dupla Face; comp12mmx15m para ambiente interno, fixação permanente.	Und	10	39,67	396,70
26	Pasta L, A4; transp. Medindo - 220mmx320mm pote com 10 un.	Und	30	18,93	567,90
27	Prendedor de papel; medias de 25 mm pt c/ 48 un. Material; resina termoplástica e aço na cor preta, ideal para ordenar a papelada e evitar que fique amassada, furada ou rasgada.	Cx	10	24,43	244,30
28	Prendedor de papel; medidas de 51 mm pt c/ 12 un. Material; resina termoplástica e aço na cor preta, ideal para ordenar a papelada e evitar que fique amassada, furada ou rasgada.	Cx	10	28,37	283,70
29	Tesoura multiuso assimétrica, 21 cm.	Und	07	19,12	133,84
30	Lápis Preto escolar, cx. Com 72 unidades	Und	01	73,81	73,81
31	Régua acrílica, 30cm	Und	20	4,93	98,60
32	Kit Encadernação A4 50 Capas + 50 Contracapas + 50 Espirais Preto 12 m.	Cx	02	103,64	207,28

Valor total

15.982,22

LOTE 05: MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor total
01	Limpa contato eletrônico Especificações: - Spray 300ML ou superior; - Remove resíduos que prejudicam contatos elétricos e eletrônicos; - Recomendado para uso em circuitos impressos, transistores, resistores, conectores, dentre outros. - Indicado para informática, eletrônica, elétrica, na limpeza e restaurações de continuidade elétrica em todos os tipos de contatos e mecanismos. MODELO: MP 80	Und	05	29,17	145,85



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

02	Mouse USB Especificações: <ul style="list-style-type: none">- Conexão USB;- Ergonômico;- Resolução mínima de 400 DPI;- Cabo com comprimento mínimo de 1,3 metros, sem emendas;- Corpo do mouse com comprimento mínimo de 110mm; - Garantia de 12 meses. Compatível com Windows 7 e 10.	Und	20	40,37	807,40
03	Teclado USB Especificações: <ul style="list-style-type: none">- Layout do Teclado: 107 teclas Padrão ABNT2 (pt-br);- Com tecla "Ç";- Modelo na cor preta neutra com destaque;- Teclas de perfil baixo e silenciosas;- Interface: usb;- Com teclado numérico no lado direito;- Comprimento do cabo: 135 centímetros;- Compatível com Windows 7 e 10.	Und	20	124,50	2.490,00
04	Fonte 400W para computador Especificações: <ul style="list-style-type: none">- Potência: 400W ou superior;- Tensão: 100-240 VAC;- Certificação 80 Plus;- MTFB: > 100.000 Horas;- PFC ativo;- Resfriamento com FAN de 120mm;- Garantia de 36 meses.	Und	03	416,43	1.249,29
05	SSD NVME para computador 256 GB	Und	18	371,71	6.690,78
06	Cartucho de toner CE285A/HP85 A Especificações: <p>Toner 85A Compatível; Cartucho de Toner Compatível HP 85A (CE-285A) compatível com equipamentos HP LaserJet M-1132 e M-1212. Rende em média 1.800 (Mil e oitocentas) páginas considerando 5% de cobertura no papel A4. Qualidade de impressão semelhante à original. Possui garantia de 01 ano para defeito de fabricação.</p>	Und	25	195,54	4.888,50
07	Cartucho de toner CE255X/HP55 X. Especificações: <p>Toner 55X Compatível; Cartucho de Toner Compatível HP 55X (CE-255X) compatível com equipamentos HP LaserJet M-521. Rende em média 12.000 (doze mil) páginas considerando 5% de cobertura no papel A4. Qualidade de impressão semelhante à original. Possui garantia de 01 ano para defeito de fabricação.</p>	Und	02	379,75	759,50



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

08	Cartucho de toner CF226A/HP26 X. Especificações: Toner 26X Compatível; Cartucho de Toner Compatível HP 26X (CF-226X) compatível com equipamentos HP LaserJet M426. Rende em média 9.000 (Nove mil) páginas considerando 5% de cobertura no papel A4. Qualidade de impressão semelhante à original. Possui garantia de 01 ano para defeito de fabricação.	Und	05	102,94	514,70
09	Cartucho de Toner Compatível Pantum TL-5120X , compatível com equipamentos Pantum BM5100FDW. Rende em média 15.000 (Quinze mil) páginas considerando 5% de cobertura no papel A4. Qualidade de impressão semelhante à original. Possui garantia de 01 ano para defeito de fabricação.	Und	10	166,30	1.663,00
TOTAL					19.209,02
LOTE 06: MATERIAL ELÉTRICO					
Item	Especificação	Unidade	Quant	Valor Unitário	Valor total
01	Bateria para placa mãe CR2023 (pacote com 05 und)	Und	02	34,62	69,24
02	Pilha Alcalina recarregável AAA cartela com 4 unidades	Und	30	19,97	599,10
03	BATERIA ALCALINA A23 , 82195, 12V cartela com 5 pilhas.	Und	10	15,27	152,70
04	Fita Isolante ; cor preta, largura 18mm comprimento 10 metros.	Und	30	9,89	296,70
05	Filtro de Linha Especificações: - Potência máxima suportada: 1150 a 1270VA/W; - Corrente máxima: 10A; - Número de tomadas: 6 tomadas novo padrão; - Protetor contra surtos: Varistor 4500A (92J); - Comprimento médio do cabo de entrada: 1,3 a 1,5m; - Fusível externo de entrada: 10A ação rápida; - Tensão de entrada: multivoltagem 110 a 220V; - Chave liga-desliga com sinalização luminosa. - Caixa plástica anti-chama; - Gancho para fixação: Ideal para fixação em paredes e bancadas; - Filtro anti-ruídos: Elimina interferências e ruídos da rede; - Garantia de 12 meses.	Und	20	83,36	1667,20
06	Pilha Alcalina carregável AA cartela com 4 unidades	Und	15	31,56	473,40



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

TOTAL					3.258,34
LOTE 07: MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM					
Item	Especificação	Unidade	Quant	Valor Unitário	Valor total
01	Galões de água mineral de 20 litros (Novo Vazio)	Und	30	38,69	1.160,70
TOTAL					1.160,70

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 4.1. Realizar o pagamento no prazo e na forma estipulada neste Termo.
- 4.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto.
- 4.3. Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com este Termo, com o Edital e a Ata de Registro de Preços.
- 4.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, durante o prazo de vigência da contratação.
- 4.5. Aplicar à Contratada as penalidades previstas neste documento e na legislação pertinente, quando for o caso.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1. Cumprir fielmente o que estabelece o edital e seus anexos.
- 5.2. Assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais, sociais e comerciais resultantes da adjudicação da presente licitação.
- 5.3. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações e demandas decorrentes de danos, sejam por culpa da empresa ou de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se consequentemente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento da presente licitação.
- 5.4. Orientar tecnicamente os responsáveis pela operação dos itens, fornecendo os esclarecimentos necessários ao seu perfeito funcionamento.
- 5.5. Atender prontamente às solicitações da Contratante acerca dos produtos fornecidos e prestar os esclarecimentos que forem necessários.
- 5.6. Garantir a titularidade de todo e qualquer direito de propriedade industrial envolvido no objeto, assumindo a responsabilidade por eventuais ações e/ou reclamações, de modo a assegurar à Contratante a plena utilização dos itens adquiridos ou a respectiva indenização.
- 5.7. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a Contratante, em razão de acidentes ou da ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de seus empregados ou de quem em seu nome agir.
- 5.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 5.9. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento, inclusive fretes e tributos e quaisquer outras que forem devidas.
- 5.10. Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos itens, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário.
- 5.11. Providenciar a identificação individual de seus empregados que transitem nas dependências da Contratante, quando em atividade na entrega do objeto contratado, através de uniforme e/ou crachá.



- 5.12.** Comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
- 5.13.** Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame.
- 5.14.** Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento dos produtos, ou mesmo em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da Contratante.
- 5.15.** Indicar e-mail e número de WhatsApp (com confirmação de leitura ativada) oficiais, a fim de facilitar a comunicação com a Contratante.
- 5.16.** É de responsabilidade da Contratada substituir, sem quaisquer ônus para a Contratante, os produtos rejeitados, não aceitos, por má qualidade ou por inobservância das especificações e etapas, após parecer técnico competente.
- 5.17.** Toda despesa de reposição de materiais não aceitos ficará a cargo exclusivo da Contratada, não sendo reembolsável pela Contratante.
- 5.18.** A Contratada deverá manter atualizado junto ao Gestor e às unidades contempladas, o endereço, nº do telefone e celular, correio eletrônico, e nome do preposto com poder de decisão, durante a vigência do contrato.
- 5.19.** Não ceder ou transferir o objeto desta contratação a terceiros, no todo ou em parte, sob pena de imediata rescisão contratual.

6. DA QUALIFICAÇÃO/HABILITAÇÃO

A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

6.1 DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO JURÍDICA

- a)** Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações; havendo consolidação do contrato social, apenas a última alteração devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição da última administração;
- b).** No caso de sociedade civil, ato constitutivo e respectivas alterações, devidamente registrados, acompanhados de prova de investidura da Diretoria em exercício;
- c)** Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- d)** Cópia do documento oficial onde constem número do RG e CPF dos sócios ou do Sócio Administrador.
- e).** Em caso de procurador deve apresentar também cópia dos documentos (RG e CPF) do Procurador, devidamente acompanhado do instrumento de procuração.

6.2. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b.** Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, a qual engloba também os tributos relativos ao Instituto Nacional de Seguridade Social, sendo que essa pode ser retirada através do site: www.receita.fazenda.gov.br;
- c.** Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
- d.** Certidão Negativa de Tributos Municipais, do domicílio sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- e.** Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);



f. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Lei 12.440 de 07 de julho 2011) – Emitida no site <http://www.tst.jus.br/certidao>;

6.3. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA:

Certidão negativa de falência, concordata e certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão, ou quando não constar o prazo de validade, que esteja datada dos últimos 90 (noventa) dias, antes da data de abertura deste certame.

7. GESTÃO DO CONTRATO E VIGENCIA DO CONTRATO

7.1 - A gestão/fiscalização do contrato será realizada pela Secretária e o Fiscal de Contratos da Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste/RO.

7.2 - A Prestação de Serviço será formalizada em Contrato Administrativo, estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes a empresa considerada vencedora.

7.3 - O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contado a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por igual período.

9. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O fornecimento do material será acompanhado pelo fiscal e setor de almoxarifado.

10. PENALIDADES

O Licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará sujeitas às sanções previstas no art. 90 e art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



11.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

11.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 11.1.1. Deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave; na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.6. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12. ESTIMATIVA DE CUSTO

O valor médio total proposto pela Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste/RO, será de R\$ 100.265,72 (cem mil, duzentos e sessenta e cinco reais e setenta e dois centavos). A estimativa foi feita com base em pesquisa em site, cotação de mercado e pesquisa de balcão.

13. DA ORIGEM DO RECURSO E DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

A presente licitação será custeada com recursos da Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste/RO.



Dotação orçamentária:

01.01.00- Poder Legislativo

01.0310001.2001 – Manutenção das atividades Legislativas.

3.3.90.30.00 – Material de Consumo.

Ficha 09

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia consecutivo, através de transferência bancária para a conta corrente indicada pela Contratada, à vista da Nota Fiscal apresentada, devidamente certificada pelo setor responsável, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento dos Serviços pelo interveniente do processo.

14.2. Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a comprovação de sua situação regular perante os fiscos.

15. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência contratual, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos. Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento;

15.1. Os pedidos de revisão dos contratos administrativos serão analisados com base nos seguintes critérios específicos:

I - O contrato será avaliado de forma global, sendo que a análise para revisão dos preços será realizada apenas a partir dos insumos que compõem os serviços contidos na planilha contratual;

II - Preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados;

15.1.2. As empresas contratadas que fizerem solicitação deverão considerar a real variação nos preços dos insumos adquiridos, mantendo o desconto ofertado à época da licitação e sempre levando em consideração os parâmetros utilizados para precificação da proposta inicial.

a). Caso o insumo pleiteado no reequilíbrio não conste nas tabelas oficiais, os preços propostos podem ser baseados em outros preços referenciais federais, estaduais, municipais ou de outras instituições públicas ou privadas consagradas, ou ainda, em ampla pesquisa de preços de mercado.

b) Para efeito de acordo, poderá ser adotado como limite de preço o valor de referência, considerando, para tanto, o disposto no caput e o disposto na alínea "a", decrescido do desconto da licitação, exceto nos casos em que reste demonstrado que o preço dos insumos ou dos serviços não permite redução por regra imposta pelo mercado.

c). Após a análise e a instrução completa do processo, deverá ser aprovada pela autoridade competente, mediante decisão motivada nos autos do processo administrativo.

15.1.3. Para processar o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser observados os seguintes procedimentos:

I - Pedido de revisão firmado pelo representante legal da pessoa jurídica contratada contendo a identificação completa do fornecedor, número do processo licitatório, número da modalidade



licitatória, número do contrato, justificado técnica e juridicamente, informando a fundamentação normativa e contratual que o autoriza, devendo ser instruído com os seguintes documentos:

- a)** relatório que demonstre a variação extraordinária ocorrida após a data da apresentação da proposta de preços contratados no âmbito da licitação, e do nexo de causalidade entre esta e os impactos gerados na esfera da execução do contrato;
- b)** cópia das notas fiscais a fim de comprovar que o material já foi adquirido com preço alcançado pela variação e com a finalidade de execução do contrato;
- c)** comprovante de medição realizada com preço a menor que a variação contida na alínea "a", demonstrando que o respectivo serviço já foi executado;
- d)** o pedido de revisão deve explicitar minuciosamente o impacto econômico-financeiro sofrido por cada insumo pleiteado, com suas causas e consequências sobre o contrato, bem como esclarecendo que tal impacto é superior ao índice específico ou setorial previsto no contrato, adicionado ao critério definido na alínea "a";
- e)** as empresas requerentes deverão encaminhar suas planilhas em arquivo eletrônico editável.

15.1.4.1. No caso de deferimento do pedido de revisão, o contratado só fará jus ao valor que exceder o percentual de risco assumido na contratação.

15.1.4.2. Reconhecendo direito à revisão, decorrente do desequilíbrio contratual, será lavrado Termo de Aditivo, no qual deverá ser especificado o item em relação ao qual foram reconhecidos o direito e o percentual de revisão, bem como o valor global atualizado do Contrato.

15.1.4.3. A revisão por eventual desequilíbrio contratual será concedida apenas uma vez por medição.

15.1.4.4. A elevação dos preços de alguns produtos e/ou insumos, motivada por mercados suscetíveis às variações climáticas, entressafra, alta de matéria prima, etc., (fatores sazonais) não constitui fato superveniente capaz de alterar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por tratarem de fatores previsíveis, portanto já considerados na elaboração do preço proposto.

15.1.5. O pedido será analisado pelo fiscal do contrato, que deverá produzir relatório circunstanciado, demonstrando, especialmente, a regularidade e adequação do pedido de

reequilíbrio, demonstrando, inclusive a compatibilidade dos preços atuais dos insumos reclamados com os de mercado.

15.1.6. Devem ser utilizados como critérios de análise - a serem observados pelo fiscal - os preços das Tabelas Referenciais ou a Pesquisas de Preços no mercado regional, sendo que, nesse caso, as propostas de preços devem:

- a)** conter o CNPJ no papel timbrado do fornecedor;
- b)** conter itens com as mesmas especificações do Contrato objeto do procedimento de reequilíbrio econômico-financeiro;
- c)** a variação entre a média obtida para cada item a ser revisado com base nas propostas advindas da pesquisa de mercado e os preços pesquisados considerados individualmente não podem apresentar desvio superior a 15%, para mais ou para menos.

15.1.7. O relatório circunstanciado deverá contemplar os valores praticados durante toda a execução contratual, saldo remanescente, medições e termos aditivos, se houver.

15.1.8. Na análise do pedido de revisão devem ser consideradas todas as majorações para reequilíbrio eventualmente já concedidas, mesmo que em processos de repactuação ou reajuste.

15.1.9. Não será concedida a revisão quando:

- a).** Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
- b)** O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência do Contrato;
- c).** Ausente o nexo de casualidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;



d) A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento;

e). Houver alteração do regime jurídico-tributário da CONTRATADA, ressalvada a hipótese de superveniente determinação legal.

15.1.10. A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta definitiva e desde que acarretem comprovada repercussão no equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato, implicarão a revisão de preços para mais ou para menos, adotando-se a alíquota prevista na lei respectiva. **a. DO REAJUSTE** Só será concedido o reajuste depois de transcorrido o interstício mínimo de 12 (doze) meses

I - A periodicidade para efeito de reajuste de preços será contada a partir da data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos;

II - Em caso de novo reajustamento, a periodicidade será contada a partir da data do último reajuste concedido;

III - São nulos de pleno direito quaisquer expedientes que na apuração de índices de reajuste, produzam efeitos financeiros equivalentes aos de reajuste com periodicidade inferior à anual.

15.1.11. A formalização da solicitação de reajuste deve conter os seguintes documentos:

I - Pedido inicial firmado pelo representante legal da pessoa jurídica contratada contendo a identificação completa do fornecedor, número do processo licitatório, número da modalidade licitatória, número do contrato/ata de registro de preços;

II - Planilha proposta aberta contemplando detalhadamente os valores solicitados;

III - Certidões atualizadas de regularidade do FGTS e perante a Seguridade Social e as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). Na análise do pedido de reajuste devem ser consideradas e mantidas todas as condições referentes às majorações e/ou descontos ofertados em processos de reequilíbrio, já concedido.

15.1.12. Na ocasião da análise do pedido de reajuste, a Administração Pública deve reavaliar os custos previstos na planilha contratada, de modo a contemplar as variações específicas do objeto tais como: amortização, depreciação e exaustão.

I- A análise do reajuste deve ser feita considerando as hipóteses em que haja deságio em razão da amortização de despesas não renováveis ou pela depreciação do objeto do contrato, a exemplo de locação de veículos e equipamentos.

II- Nas hipóteses de amortização/depreciação referenciadas no inciso anterior devem ser elaboradas planilhas comparativas de preços contendo o valor do bem já utilizado e o valor de um novo, a partir de pesquisa de mercado com vistas a obter o preço justo a ser adimplido pelo município.

15.1.13. Na análise do reajuste de preços, deve atentar-se especialmente para as seguintes situações no cumprimento do objeto contratual:

I- Quando houver antecipação do prazo para conclusão do objeto contratual, prevalece o índice vigente na data em que for concluído o objeto;

II- Quando houver prorrogação do prazo para conclusão do objeto contratual, prevalece o índice vigente no mês previsto inicialmente para cumprimento do objeto;

III- Quando houver atraso no cumprimento do objeto por culpa da contratada:

a). Prevalece o índice vigente na data inicialmente prevista na hipótese de aumento do mesmo;

b). Prevalece o índice vigente na data do efetivo cumprimento do objeto na hipótese de diminuição do mesmo;

IV- Quando houver atraso por culpa da contratante, aplica-se o índice vigente na data em que for realizado o objeto. Na hipótese de vir a ocorrer o decurso de prazo superior a um ano entre a data da apresentação da proposta vencedora da licitação e a assinatura do respectivo instrumento contratual, o procedimento de reajustamento aplicável consiste em:



- I- Firmar o contrato com os valores originais da proposta; e
- II- Celebrar o primeiro termo de apostilamento, antes do início da execução contratual, reajustando os preços de acordo com a variação do índice previsto no edital.

Ouro Preto do Oeste – RO, 23 de abril de 2026.



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

ANEXO II – DECLARAÇÕES (MODELO UNIFICADO)

NOME DA EMPRESA / CNPJ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro que, falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação caracterizará crime, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/2021.

I - A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, por nenhum órgão da administração pública Federal, Estadual e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste-RO, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

II- Declaro(amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade pregão, que estamos sob o regime de microempreendedor individual, **microempresa ou empresa de pequeno porte**, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. (**Obs.: Declarar somente quando a empresa se enquadrar no regime de MEI, ME ou EPP**).

III - O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação.

IV - O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

V - O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

VI- Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

VII- Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

VIII- a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema.

IX - Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

X -Sob as penas da Lei e a quem interessar que, em obediência aos dispositivos legais transcritos no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e atendendo a exigências editalícias do presente certame, não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos trabalhando em horário noturno ou em ambiente perigoso ou insalubre, ou menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho.

XI - Sob as penas da lei, que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (conforme inciso IV, do art. 14 da Lei 14.133/2021)

XII- Declaro ainda que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

XIII- Declaro estar ciente, conhecer e entender os termos da lei anticorrupção brasileira (Lei Federal nº 12.846/2013) ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.

_____, ____ de _____ de _____

(Assinatura do repres. legal da empresa)

Obs.: poderá ser substituída pela Declaração emitida pelo Licitanet.



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA

LOGOTIPO DA EMPRESA (SE HOUVER)

NOME DA EMPRESA

CNPJ

PREGÃO ELETRÔNICO N.º XXX/2026

CARTA-PROPOSTA DE FORNECIMENTO

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos itens abaixo discriminados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	QUANT.	VALOR UN.	TOTAL R\$
VALOR TOTAL R\$						

- 1- A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação;
- 2- O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre o fornecimento;
- 3- A empresa se compromete a cumprir o prazo de entrega de todo o material, conforme consta no Edital e no Termo de Referência.

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

REPRESENTANTE / CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE / CPF:

ENDEREÇO, E-MAIL e TELEFONE (atualizados e em funcionamento).

COD. DO BANCO, Nº AGÊNCIA e CONTA BANCÁRIA, CHAVE PIX

LOCAL E DATA

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Rep. Legal da Empresa)

CARIMBO DE CNPJ DA EMPRESA

CONDIÇÕES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA:

- A proposta terá validade igual ou superior a 60 dias, a contar da data de encerramento da sessão eletrônica;
- **Obs: Poderá utilizar a Proposta Final emitida pelo Licitanet, assinada eletronicamente pelo responsável pela empresa.**



ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2026

PROCESSO Nº 47/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº----- XX/CPL/CMETOPO/2026

Ata de Registro de Preços que entre si celebram, de um lado a Estância Turística Ouro Preto do Oeste, por meio da Câmara Municipal, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 05.705.777/0001-75, situada na Av. Gonçalves Dias, nº 4236, Bairro União, CEP 76.920-000, na cidade de Ouro Preto do Oeste, neste ato representada pelo Presidente **Gilvane Fernandes da Silva**, brasileiro, CPF nº 389.475.602-00, e a empresa _____ com sede _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____, telefone _____, e-mail _____, inscrita no CNPJ _____, neste ato representada pelo (cargo), senhor(a), Administrador, brasileiro(a), CPF nº _____, vencedora do Pregão Eletrônico nº ____/2026, tipo menor preço por lote, visando **registrar preços para futura e eventual aquisição de material de consumo, por um período de 12 meses**, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de fornecimento de material de consumo, conforme especificado no Termo de Referência, anexo do Edital de licitação nº xxx/xxxx, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as quantidades de cada item, são os que seguem:

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Açúcar cristal de origem vegetal , constituído fundamentalmente por sacarose de cana-de-açúcar. Aspecto: sólido com cristais bem definidos, cor branca (para o açúcar cristal branco) e marrom claro (para o açúcar cristal VHP); Odor: próprio do produto; Sabor: próprio do produto; Composição básica centesimal do açúcar cristal branco empacotado Sacarose concentração mínima de 99,6%. Sais minerais concentração máxima de 0,10%. Umidade máxima de 0,07%. Outros componentes 0,23%; divididos em pacote de 2kg, fardos de 20 ou 30 kg.	Pc.	140		
02	Chá erva doce , em grãos, embalagem com 250 gramas, validade mínima de 10 meses a partir do recebimento.	Pc.	50		



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

	Modelo: Erva Doce				
03	Chá mate , erva mate, queimado ou tostado, composto de folhas e talos de erva mate; isento de sujidades, fragmentos de insetos e outros materiais estranhos. Embalagem primária: plástico atóxico hermeticamente fechado em caixa de papelão com aproximadamente 250 gramas. Rotulado conforme legislação vigente com validade mínima de 18 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	Pc.	150		
04	Água Sanitária , embalagem de 1l em material resistente e tampa de perfeita vedação; composição hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, e água; componente ativo na OCI e teor de cloro ativo 2% a 2,5%.	Un.	200		
05	Sabonete líquido , galão de 5 (cinco) litros, essências variadas, embalagem contendo dados de identificação, procedência, lote e validade e com registro no ministério da saúde.	Un.	05		
06	Tabletes de Pedra Bloco sanitário para caixa acoplada kit com 9 unidades 45g.	Un.	45		
07	Álcool etílico líquido hidratado a 70%, embalado em garrafa plástica de 1 litro com tampa e selo de segurança, com registro no Ministério da Saúde.	Un.	80		
08	Limpa vidro com álcool , embalagem resistente e de perfeita vedação contendo 500ml. Composição: tensoativo aniônico, tensoativo não iônico, álcool, éter glicólico, hidróxido de amônio, corante, perfume e água; indicado p/ limpeza de vidros, vitrines, espelhos etc.	Un.	40		
9	Odorizador de ambientes (bom ar) , acondicionado em frasco de 360 a 400ml, aerossol ambiental, ação neutralizante, fragrâncias diversas. Prazo de validade de aproximadamente 12 (doze) meses da data do recebimento, ideal para neutralizar os maus odores de banheiro.	Un.	100		
10	Limpador Multiúso , ação instantânea. Formatos: 500ml ideal para diversa superfícies e eficiente em diferentes tipos de sujeira.	Un.	200		
11	Soda Cáustica , pote contendo 1 kg, em escamas 96/98% - Na OH possui a mais alta concentração e pureza.	Pote	10		
12	Limpador Perfumado . Um produto com alta performance que limpa, desinfeta e garante um perfume de efeito prolongado. Embalagem resistente e de perfeita vedação contendo 1000ml.	Un.	100		
13	Refil para Mop , giratório 13,3cm, lavável, 100% microfibra cor branca, para o uso em esfregão 14 cm, altura de 97cm capacidade balde de 8l.	Un.	10		
14	Limpador limpeza pesada , com cloro	Un.	150		



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

	embalagem de 500ml, realiza limpezas profundas e remove as sujeiras mais difíceis possíveis em diversas áreas, tais como pisos, azulejos e ralos.				
15	Desinfetante líquido , com 500ml, ideal para desinfetar, limpar e perfumar qualquer ambiente.	Un.	200		
16	Inseticida Spray : ingredientes ativos, solventes, antioxidante, emulsificante, transflutrina 0,02%, cipermetrina 0,05%, solvente, antioxidante, proporciona, proteção duradora, age por até 24 (horas) com o menor teor de toxidez com relação aos organoclorados (350 ml).	Un.	40		
17	Cloro granulado HTH , 65% em sua formulação; inibição de odores desagradáveis, eficaz na eliminação de bactérias. É indicado para uso em piscinas internas ou externas, poderoso agente desinfetante para água, mantendo a água cristalizada por mais tempo. (Galão 18 l).	Un.	05		
18	Limpa alumínio para acabamento, proteção e brilho em superfícies de aço inoxidável. Embalagem: frasco com 500ml, contendo o nome do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Apresentar registro do produto junto ao Ministério da Saúde/ANVISA.	Un.	80		
19	Sabão em pó pacote de 500g, para uso de limpeza.	Pc.	200		
20	Pano de chão : pano de limpeza atalhado, material 100% algodão. Comprimento x Largura: 50x1,00cm.	Un.	20		
21	Saco de Lixo reforçado, para uso doméstico, de polietileno, com capacidade de 30 litros; 59cm x 62cm, cor preta, (Pacote com 10 un.).	Pc.	300		
22	Saco De Lixo reforçado, capacidade 100 litros; 80cmx1,00m, cor preta, (pacote com 05 unidades).	Pc.	300		
23	Vassoura completa , com cerda de nylon em pé, base na largura mínima de 30cm, com o cabo de madeira revestido em plástico e encaixe rosqueado, altura mínima de 160cm, contendo o nome do fabricante e a data de fabricação.	Un.	10		
24	Papel higiênico branco , neutro, folha dupla fabricado c/ material não reciclado, textura macia e delicada (fd. c/ 16 pc. c/ 04 un. cada, de 60m x 10cm).	Fd.	30		
25	Rodo para piso – 60cm com a base em material sintético (plástico em material resistente), serrilhado na parte superior da base para melhor fixação do pano de chão e com dimensão aproximada de 60cm, possuindo lâminas em EVA duplo com espessura entre 5 e 8mm cada uma, tipo inquebrável, com o cabo	Un.	10		



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

	de madeira com revestimento em plástico e encaixe rosqueado e altura mínima de 160cm.				
26	Pá de lixo de plástico com cabo plastificado. Altura 60cm; largura 22cm; profundidade 18cm.	Un.	05		
27	Espanador de Pena espanador de pó 35cm com pena de avestruz. Esse espanador é o ideal para qualquer tipo de serviço tanto doméstico quanto profissional. Possui um tamanho ótimo dando um perfeito alcance de qualquer objeto ou local fazendo o mínimo de esforço necessário, com suas penas de avestruz faz uma limpeza ótima pois consegue retirar o pó de todos os detalhes e locais.	Un.	04		
28	Mop kit com centrífuga , cabo 160cm, balde em plástico com alça, cesto e moldura, cabo telescópico com base, cabo inferior e superior, refil de microfibra. Capacidade: em uso – 4 litros. Total: 8 litros.	Un.	05		
29	Lixeira com pedal , capacidade 20 l, material em aço inoxidável, dimensões 33x32,5x48,5cm, recipiente externo feito em inox, balde plástico removível.	Un.	10		
30	Luva Reforçada , confeccionada em látex natural, revestimento interno em flocos de algodão, relevo antiderrapante na palma e face palmar dos dedos. Tamanho P.	Un.	30		
31	Luva Reforçada , confeccionada em látex natural, revestimento interno em flocos de algodão, relevo antiderrapante na palma e face palmar dos dedos. Tamanho G.	Un.	15		
32	Vassoura com cabo , indicadas para todos os tipos de pisos, da cerâmica à madeira. As cerdas, por serem plumadas, permitem a melhor condução da sujeira ao varrer, sem danificar o piso. Cabo com 160cm.	Un.	10		
33	Esponja Dupla Face , indicada para limpeza geral de superfícies laváveis. Pode ser usada em azulejos, pisos em geral, peças sanitárias. Em cozinha pode ser utilizada em limpezas de superfícies e utensílios em geral.	Un.	60		
34	Pulverizador Manual 500 ml 14x8x27cm, ideal para higienização dos objetos. Permite o controle da dosagem na aplicação de produtos.	Un.	20		
35	Esponja de Aço , pacote contém 08 unidades 60g, que dá brilho e remove sujeiras mais difíceis.	Pc.	30		
36	Tapete Capacho Vinil , 200x120 liso antiderrapante na cor verde (não personalizado), material 100% PVC espessura 12mm, antichamas (não propaga fogo), antiderrapante (base emborrachada), lavável e resistente.	Un.	04		



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

37	Papel toalha interfolhado branco, duas dobras, 100% celulose virgem, não reciclado, de 1ª qualidade, medida mínima 22x21cm, devidamente identificado com a descrição resumida do material, com registro FSC – forma ecologicamente adequada no manejo florestal. Pacote com 1000 folhas 22x21cm, sem cheiro, com alto poder de absorção e resistência, não desmancha na mão.	Un.	300		
38	Balde 20 litros plástico , com alça em polietileno, alta densidade, resistência a impacto, com abertura.	Un.	03		
39	Escova de vaso , escova sanitária c/ suporte.	Un.	20		
40	Flanela 60X40cm , cor laranja, cantos arredondados, com acabamento nas bordas.	Un.	50		
41	Porta sabonete , para sabonete líquido. Material poliestireno, dimensão do produto 7x716cm, 108g.	Un.	10		
42	Isqueiro , corpo revestido em plástico, dimensões 7,5cm, peso aproximadamente de 10g, com acendedor, gás embutido, descartável.	Un.	10		
43	Jarra de Vidro - jarra de vidro capacidade de 2 litros com tampa.	Un.	02		
44	Pote de vidro resistente para alimentos , com tamanho aproximado de 29x19x9,5cm, capacidade para 3 litros.	Un.	03		
45	Bandeja Inox - bandeja metálica, material aço inoxidável, formato retangular, comprimento aproximado 491 milímetros, largura aproximada 331 milímetros, espessura de 0,8 milímetros.	Un.	05		
46	Xicara de Louça , na cor branca 70ml, xícara para café com pires, em porcelana.	Un.	24		
47	Copo de Vidro , capacidade 360ml, diâmetro boca 70mm, altura 140mm, incolor. Características adicionais: liso, fundo reforçado.	Un.	24		
48	Pano de Prato , na cor branca 45x75cm, 100% algodão.	Un.	30		
49	Coador de pano algodão , flanela 100% algodão envolto em arame de aço galvanizado. Cabo em madeira de pinus (reflorestada). Cabo com 10cm, de 15 a 20cm de circunferência. Utilidade: preparação de café.	Un.	10		
50	Copo plástico descartável , atóxico, de poliestireno, capacidade 180ml, peso mínimo de 0,75g, acondicionado em embalagem com 100 unidades, material transparente, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865/2002 (em caixa de papelão com 25 sacos plásticos com pacotes c/100 unidades cada), na cor branca.	Cx.	30		



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

51	Copo plástico descartável , atóxico, de poliestireno, capacidade 50ml, acondicionado em embalagem com 100 unidades, material transparente, em conformidade com a norma ABNT NBR 14865/2002 (em caixa de papelão com 50 sacos plásticos com pacotes c/100 unidades cada), na cor branca.	Cx.	10		
52	Garrafa térmica . Composição: material em inox (interno e externo) e peças plásticas em polipropileno virgem que garantem melhor qualidade do material. Capacidade 2 litros, alça para transporte.	Un.	12		
53	Garrafa térmica . Composição: material em inox (interno e externo) e peças plásticas em polipropileno virgem que garantem melhor qualidade do material. Capacidade 1 litro, alça para transporte.	Un.	10		
54	Guardanapo pequeno branco 18cmx19cm, 5cm. Embalagem: caixa com 5.000 unidades, sendo 50 pacotes com 100 unidades.	Cx.	03		
55	Envelope A4 (240x340mm), pardo natural com 100 unidades.	Cx.	05		
56	Envelope ofício . Dimensões 11,4x22,9cm, cor branca caixa com 100 unidades. O envelope ofício é ideal para correspondências, envio de mensagem escrita e documentos.	Cx.	03		
57	Clips em aço niquelado nº 0/0, caixas 100 unidades	Cx.	15		
58	Clips em aço niquelado nº 4/0, caixas 50 unidades	Cx.	05		
59	Clips em aço niquelado nº 2/0, caixas 100 unidades.	Cx.	20		
60	Clips em aço niquelado nº 8/0, caixas 100 unidades.	Cx.	08		
61	Papel sulfite , extra branco, formato A-4, tamanho 210x297mm, 75 g/m², resma c/ 500 folhas. Caixa com 10 resmas.	Cx.	20		
62	Grampeador . Descrição: capacidade 20 folhas, corpo metálico, grampo 26/6, comprimento 11,8cm, largura 3,5cm, altura 5,4cm.	Un.	20		
63	Grampo 26/6 em metal galvanizado, que não deforma ao grampear.	Cx.	20		
64	Caneta esferográfica , 0,8mm, ponta fina na cor azul, caixa c/ 50 un.	Cx.	10		
65	Caneta Esferográfica , 0,8mm, ponta fina na cor preta caixa c/ 50 un.	Cx.	10		
66	Marca Texto . Caneta com tinta à base d'água, cores sortidas, tecnologia antissecação, permite ficar até 4 horas destampada sem secar a ponta. 2 espessuras de traço: 2 e 5 mm. Caixa com 12 unidades.	Cx.	06		
67	Cola líquida , cor branca, aplicação papel, 90g.	Un.	10		



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

68	Cola Bastão , cor branca, aplicação papel. Características adicionais: instantânea, tipo bastão, caixa com 12 unidades.	Cx.	01		
69	Corretivo . Corretor líquido à base d'água, embalagem contendo 18ml, caixa com 12 unidades.	Cx.	01		
70	Fita Isolante , cor preta, largura 18mm comprimento 10 metros.	Un.	30		
71	Caixa Arquivo Morto , modelo arquivo morto plástico alaplant, tamanho ofício, comprimento x largura x altura: 350mm x 250mm x 130mm. Composição: polionda nas cores sortidas, caixa com 50 unidades, ideal para arquivamento de documentos e pastas.	Cx.	03		
72	Tesoura escolar pequena, sem ponta, 13,5cm, caixa com 20 unidades.	Cx.	01		
73	Post-it nota autoadesiva, pacote de 400, multicolor, 400 folhas, 76mmx76mm.	Pc.	20		
74	Post-it , 04 Blocos 38mmx51mm, notas autoadesivas, coleção diversão colorida, 400 folhas 76mmx76mm.	Pc.	20		
75	Porta canetas / clips / lembretes , cor preta.	Un.	20		
76	Caixa correspondência tripla articulável cristal	Un.	10		
77	Calculadora eletrônica de 12 dígitos.	Un.	10		
78	Prancheta acrílica A4 . Prancheta de armazenamento de documentos, medidas 33cmx23cm (altura x largura), ideal para folhas, tamanho A4 (21cm x 29,7cm), espessura 2mm, transparente.	Un.	10		
79	Fita Adesiva , transparente, medidas 45mm a 50mmx45m a 50m em polipropileno.	Un.	50		
80	Fita Dupla Face , comprimento 12mmx15m para ambiente interno, fixação permanente.	Un.	10		
81	Pasta L, A4 , transparente, medindo 220mmx320mm, pote com 10 un.	Un.	30		
82	Prendedor de papel , médias de 25mm, pt. c/ 48 unidades, material resina termoplástica e aço na cor preta, ideal para ordenar a papelada e evitar que fique amassada, furada ou rasgada.	Cx.	10		
83	Prendedor de papel , medidas de 51mm pt. c/ 12 unidades material resina termoplástica e aço na cor preta, ideal para ordenar a papelada e evitar que fique amassada, furada ou rasgada.	Cx.	10		
84	Bateria alcalina A23 , 82195, 12V, cartela com 5 pilhas.	Un.	10		
85	Tesoura multiúso assimétrica, 21cm.	Un.	07		
86	Lápis preto escolar , cx. com 72 unidades.	Un.	01		
87	Régua acrílica , 30cm.	Un.	20		
88	Kit encadernação A4 , 50 capas + 50	Cx.	02		



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

	contracapas + 50 espirais, preto, 12m.				
89	Limpa contato eletrônico. Especificações: Spray 300ml ou superior; remove resíduos que prejudicam contatos elétricos e eletrônicos; recomendado para uso em circuitos impressos, transistores, resistores, conectores, dentre outros. Indicado para informática, eletrônica, elétrica, na limpeza e restaurações de continuidade elétrica em todos os tipos de contatos e mecanismos. MODELO: MP 80	Un.	05		
90	Mouse USB. Especificações: <ul style="list-style-type: none">- Conexão USB;- Ergonômico;- Resolução mínima de 400 DPI;- Cabo com comprimento mínimo de 1,3 metros, sem emendas;- Corpo do mouse com comprimento mínimo de 110mm;- Garantia de 12 meses. Compatível com Windows 7 e 10.	Un.	20		
91	Teclado USB. Especificações: <ul style="list-style-type: none">- Layout do Teclado: 107 teclas padrão ABNT2 (pt-br);- Com tecla "Ç";- Modelo na cor preta neutra com destaque;- Teclas de perfil baixo e silenciosas;- Interface: usb;- Com teclado numérico no lado direito;- Comprimento do cabo: 135 centímetros;- Compatível com Windows 7 e 10.	Un.	20		
92	Fonte 400W para computador. Especificações: <ul style="list-style-type: none">- Potência: 400W ou superior;- Tensão: 100-240 VAC;- Certificação 80 Plus;- MTFB: > 100.000 horas;- PFC ativo;- Resfriamento com FAN de 120mm;- Garantia de 36 meses.	Un.	03		
93	Filtro de Linha. Especificações: <ul style="list-style-type: none">- Potência máxima suportada: 1150 a 1270VA/W;- Corrente máxima: 10A;- Número de tomadas: 6 tomadas novo padrão;- Protetor contra surtos: Varistor 4500A (92J);- Comprimento médio do cabo de entrada: 1,3 a 1,5m;- Fusível externo de entrada: 10A ação rápida;- Tensão de entrada: multivoltagem 110 a 220V;- Chave liga-desliga com sinalização luminosa.- Caixa plástica antichama;- Gancho para fixação: Ideal para fixação em paredes e bancadas;	Un.	20		



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

	- Filtro antirruídos: Elimina interferências e ruídos da rede; - Garantia de 12 meses.				
94	Cartucho de toner CE285A/HP85 A. Especificações: Toner 85A compatível; cartucho de toner compatível HP 85A (CE-285A) compatível com equipamentos HP LaserJet M-1132 e M-1212. Rende em média 1.800 (Mil e oitocentos) páginas, considerando 5% de cobertura no papel A4. Qualidade de impressão semelhante a original. Possui garantia de 1 ano para defeito de fabricação.	Un.	25		
95	Cartucho de toner CE255X/HP55 X. Especificações: Toner 55X compatível; cartucho de toner compatível HP 55X (CE-255X), compatível com equipamentos HP LaserJet M-521. Rende em média 12.000 (doze mil) páginas, considerando 5% de cobertura no papel A4. Qualidade de impressão semelhante a original. Possui garantia de 1 ano para defeito de fabricação.	Un.	02		
96	Cartucho de toner CF226A/HP26 X. Especificações: Toner 26X compatível; cartucho de toner compatível HP 26X (CF-226X), compatível com equipamentos HP LaserJet M426. Rende em média 9.000 (nove mil) páginas, considerando 5% de cobertura no papel A4. Qualidade de impressão semelhante a original. Possui garantia de 1 ano para defeito de fabricação.	Un.	05		
97	Cartucho de toner compatível Pantum TL, 5120X, compatível com equipamentos Pantum BM5100FDW. Rende em média 15.000 (quinze mil) páginas, considerando 5% de cobertura no papel A4. Qualidade de impressão semelhante a original. Possui garantia de 1 ano para defeito de fabricação.	Un.	10		
98	Bateria para placa mãe CR2023 (pacote com 05 un.).	Un.	02		
99	Tapete Capacho Vinil, 90x50cm, liso, antiderrapante, na cor verde (não personalizado), material 100% PVC espessura 12mm, antichamas (não propaga fogo), antiderrapante (base emborrachada), lavável e resistente.	Un.	05		
100	SSD NVME para computador 256 GB	Un.	18		
101	Galões de água mineral de 20 litros (novo, vazio).	Un.	30		
102	Pilha alcalina recarregável AAA, cartela com 4 unidades.	Un.	30		
103	Pilha alcalina carregável AA, cartela com 4 unidades.	Un.	15		



104	Detergente líquido embalagem 500ml, usado na limpeza de louças e remoção de gorduras.	Un.	100		
-----	--	-----	-----	--	--

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será Câmara Municipal da Estância Turística Ouro Preto do Oeste.
- 3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Não será admitida adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

- 5.1. Conforme especificado no Termo de Referência.

6. DOS PREÇOS

- 6.1. Os preços dos produtos a serem contratados são os constantes da presente Ata, ofertado(s) pela(s) empresa(s) acima classificada(s) com o(s) menor (es) preços.
- 6.2. O órgão gerenciador da ata de registro de preços monitorará os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos produtos registrados.
- 6.3. O órgão gerenciador da ata de registro de preços convocará o(s) fornecedor (es) para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.
- 6.4. Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove, mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, despesas de pessoal, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado ter se tornado superior ao preço registrado.

7. DA VIGÊNCIA

- 7.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia, podendo ser prorrogado por igual período.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

- 8.1. Cumprir fielmente o que estabelece o edital e seus anexos;
- 8.2. Assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais, sociais e comerciais resultantes da adjudicação da presente licitação;
- 8.3. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações e demandas decorrentes de danos, sejam por culpa da empresa ou de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se consequentemente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento da presente licitação.
- 8.4. Orientar tecnicamente os responsáveis pela operação dos itens, fornecendo os esclarecimentos



necessários ao seu perfeito funcionamento;

8.5. Atender prontamente às solicitações da Contratante acerca dos produtos fornecidos e prestar os esclarecimentos que forem necessários;

8.6. Garantir a titularidade de todo e qualquer direito de propriedade industrial envolvido no objeto, assumindo a responsabilidade por eventuais ações e/ou reclamações, de modo a assegurar à Contratante a plena utilização dos itens adquiridos ou a respectiva indenização;

8.7. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a Contratante, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de seus prepostos ou de quem em seu nome agir;

8.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

8.9. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento, inclusive fretes e tributos e quaisquer outras que forem devidas;

8.10. Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos itens, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário;

8.11. Providenciar a identificação individual de seus empregados que transitem nas dependências da Contratante, quando em atividade na entrega do objeto contratado, através de uniforme e/ou crachá;

8.12. Comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

8.13. Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame;

8.14. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento dos produtos, ou mesmo em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da Contratante;

8.15. Indicar e-mail e número de WhatsApp (com confirmação de leitura ativada) oficiais, a fim de facilitar a comunicação com a Contratante;

8.16. É de responsabilidade da Contratada substituir, sem quaisquer ônus para a Contratante, os produtos rejeitados, não aceitos, por má qualidade ou por inobservância das especificações e etapas, após parecer técnico competente;

8.17. Toda despesa de reposição de materiais não aceitos ficará a cargo exclusivo da Contratada, não sendo reembolsável pela Contratante.

8.18. A Contratada deverá manter atualizado junto ao Gestor e às unidades contempladas, o endereço, nº do telefone fixo e celular, correio eletrônico, e nome do preposto com poder de decisão, durante a vigência do contrato.

8.19. Não ceder ou transferir o objeto deste Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sob pena de imediata rescisão contratual;

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Realizar o pagamento no prazo e na forma estipulada no TR;

9.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto;

9.3. Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços;

9.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela Contratada;

9.5. Aplicar à Contratada as penalidades previstas neste Edital e na legislação pertinente, quando for o caso.

10. DO FORNECIMENTO, RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS PRODUTOS



10.1. A entrega deverá acontecer em até 20 (Vinte) dias após a formalização do pedido realizado, podendo ser prorrogado por igual período conforme a justificativa.

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia consecutivo, através de transferência bancária para a conta corrente indicada pela Contratada, à vista da Nota Fiscal apresentada, devidamente certificada pelo setor responsável, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento dos Serviços pelo interveniente do processo.

11.2. Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a comprovação de sua situação regular perante os fiscos.

12. DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

12.1. O preço registrado poderá ser cancelado pelo gerenciador, nos seguintes casos:

- a) A detentora descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) A detentora não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável;
- c) A detentora der causa à rescisão administrativa do contrato;
- d) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato;
- e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f) Por razões de interesse público devidamente fundamentadas;
- g) Pela detentora quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços.

12.2. A solicitação da detentora para cancelamento do registro de preços deverá ser protocolada no Órgão Gerenciador do SRP, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no Edital, nesta Ata e no Contrato, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado à detentora o contraditório e a ampla defesa.

12.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

12.4. Cancelada a Ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador do SRP poderá contratar com aquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço.

12.5. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

12.6. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita na Imprensa Oficial do Município de Ouro Preto do Oeste, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



13.2. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

13.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

13.3.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.3.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.3.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.3.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

13.4. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.5. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.6. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.7. Fraudar a licitação;

13.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.8.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.8.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.8.3. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.8.4. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.9. Com fulcro na Lei nº 14.133 de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.9.1. Advertência;

13.9.2. Multa;

13.9.3. Impedimento de licitar e contratar.

13.9.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.10.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.10.2. As peculiaridades do caso concreto;

13.10.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;



13.10.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.10.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.11. A multa será recolhida em percentual de até 10% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial, para as infrações previstas nos itens 13.2 a 13.8.4.

13.12. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.13. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.14. O impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas relacionadas nos subitens 13.2, 13.3 e 13.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.15. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 13.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no § 5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

13.16. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.5, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

13.17. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.18. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.19. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.20. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.21. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO



14.1. A publicação do presente instrumento por extrato, na Imprensa Oficial Municipal, ficará a cargo da contratante, no prazo e forma dispostos pela legislação pertinente.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integram esta Ata de Registro de Preços o Ato Convocatório Pregão Eletrônico – Edital nº XX /CPL/CMETOP/2026 e seus anexos, bem com a proposta de preços formulada pela(s) detentora(s) da Ata, e a documentação de habilitação, de cujos teores as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independentemente de sua anexação.

15.2. Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata, definirem a sua extensão, e desta forma, regerem a execução adequada do instrumento ora celebrado.

15.3. Os casos omissos serão resolvidos pelo Órgão Gerenciador do SRP, observadas as disposições estabelecidas na legislação vigente.

15.4. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa à licitação, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrente.

15.5. O órgão contratante se reserva o direito de, a seu critério e de acordo com suas necessidades, utilizar ou não a totalidade dos produtos estimados para consumo no período de vigência da ata.

16. DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca da Estância Turística Ouro Preto do Oeste, Estado de Rondônia, para dirimir todas as questões oriundas do presente contrato, sendo esta, competente para a propositura de qualquer medida judicial, decorrente deste instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Ouro Preto do Oeste-RO, XX de XXXX de XXXX

Contratante

Contratada